

Cultura política e representação: dados sobre a adesão democrática e a conexão eleitoral

Rachel Meneguello¹

Introdução: a adesão democrática e o papel das instituições

Para dimensionar as bases do funcionamento da democracia e da eficácia da representação política é central entender como os cidadãos se relacionam com o regime e suas instituições. As bases da adesão ao regime democrático definem-se, em parte, sob as condições da legitimidade, entendida como um atributo relacionado às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições sobre as quais ela se estabelece são a forma mais apropriada para a estruturação do sistema político. A legitimidade está, assim, associada ao fenômeno da confiança e da avaliação crítica das instituições.

Os dados de pesquisas realizadas nos últimos anos sobre a adesão dos cidadãos aos valores e ao funcionamento democrático na América Latina mostram a presença de um paradoxo generalizado nos vários países, dentro do qual convivem a crescente tendência de preferência pela democracia e a crescente desconfiança nas instituições representativas. Nesse contexto, entretanto, as eleições são definidas como marco de inclusão e intervenção políticas, e é a percepção positiva da eficiência e da validade dos processos eleitorais que confere, em boa parte, a legitimidade e a garantia ao funcionamento do sistema (Seligson, 2008).

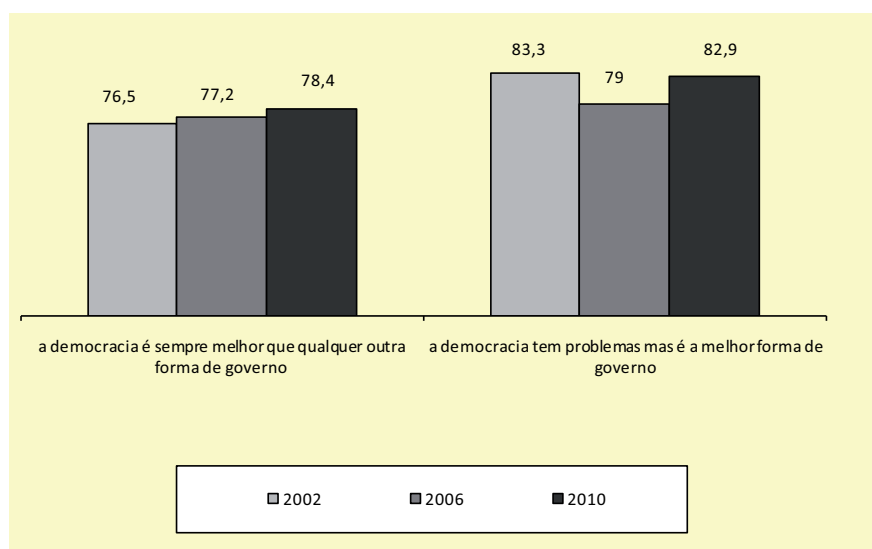
No caso da democracia brasileira recente, uma parte significativa das âncoras institucionais sobre as quais a legitimidade foi delimitada define-se no sistema representativo. Assim, interessa-nos aqui apresentar a relação dos cidadãos com a política representativa e sua percepção sobre as bases em que se estrutura a conexão eleitoral.

O paradoxo da legitimidade também se traduz no caso brasileiro. As pesquisas realizadas no país nesse período de 26 anos de experiência democrática mostram que, apesar da consolidação do sistema representativo e de procedimentos de participação política, uma forte desvalorização das instituições representati-

¹ Professora livre-docente do Depto. de Ciência Política da Unicamp, diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma universidade e pesquisadora do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

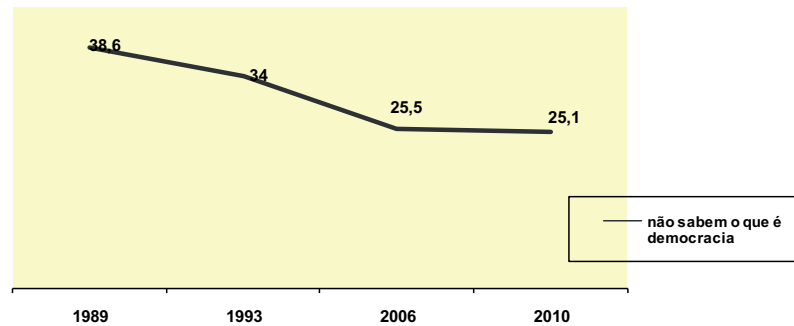
vas persiste na percepção do funcionamento do regime. Contudo, as mesmas pesquisas mostram que, em média, 75 a 80% dos entrevistados afirmam a democracia como a melhor forma de governo existente, seguindo uma preferência tendencialmente crescente observada desde fins dos anos 80 (Gráfico 1). Além disso, ao longo desse período houve um aumento da cognição sobre o significado da democracia (Gráfico 2). Os dados mostram que, entre 1989 e 2010, há uma diminuição considerável da proporção de pessoas que não dominam sua definição, sendo que para a população que a define, os conteúdos percebidos são estreitamente associados à ideia de um sistema que torna possível a escolha política, garante as liberdades básicas, e dá condições para a solução dos problemas econômicos e sociais.

Gráfico 1
Tendências de preferência pela democracia, Brasil, 2002-2010 (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Perguntas: 1) Na sua opinião... A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma e governo ou em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia? 2) A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr(a). concorda ou discorda dessa afirmação?

Gráfico 2
Queda do desconhecimento do significado de democracia,
Brasil, 1989-2010 (%)



Fontes: Pesquisa Cedec-Cultura Política, 1989 e 1993; Pesquisa Cesop/Nupps-USP- 2006; Eseb2010
Pergunta (espontânea): Para você o que é democracia?

Não é demais destacar que esses dados positivos de apoio à democracia têm no seu complemento um conjunto de cidadãos – em média 30% – que afirma a preferência pela ditadura ou não se importa com o tipo de regime, apontando um claro distanciamento da política e de seu funcionamento. Por um lado, sabemos que essas informações compartilham um terreno amplo e mundial de baixa credibilidade institucional, sobretudo a desconfiança nas instituições representativas. Por outro lado, sabemos que em países com experiências ditatoriais passadas recentes, é significativo o peso da herança autoritária na definição de parâmetros para a relação dos cidadãos com as instituições, o envolvimento com a política e a credibilidade do sistema. É provável que o cenário de posicionamentos híbridos que marca a relação dos cidadãos com o sistema político expresse uma cultura própria das transições políticas (Meneguello, 2010b; Moises, 2010). Aqui se destaca a sua importância da avaliação e confiança institucional para analisar a relação dos cidadãos com o sistema representativo.

Para a teoria democrática, sua importância está exatamente no fato de que nas democracias modernas foi dado às instituições o papel de mediadoras dos interesses dos indivíduos. Esse é o ponto que distingue a democracia das demais formas de governo e o que confere à confiança institucional parte de sua justificação normativa. Dessa forma, os níveis de confiança refletem a percepção do funcionamento do sistema.

Com esses supostos definidos, cabem algumas observações sobre a confiança institucional no caso brasileiro. A primeira delas é que a desconfiança não é apenas crônica, mas também estrutural, e afeta todas as instituições. O segundo ponto é que a desconfiança é uma atitude pragmática, racional, não está associada a matizes ideológicos. Finalmente, os baixos níveis de confiança não são um fenômeno transitório, associado a uma situação específica, como denúncias de escândalos ou crises políticas. A desconfiança é um fenômeno persistente da relação entre os cidadãos brasileiros e as instituições representativas, tal como mostram as pesquisas conduzidas ao longo das últimas duas décadas, e mesmo em períodos anteriores.

Vale mencionar a persistência histórica desse fenômeno. A democracia de 1946 instituiu pela primeira vez na história política brasileira a competição partidária como principal forma de acesso ao poder. Neste período, estabeleceram-se normas e mecanismos para a instalação de uma estrutura democrática, definiu-se a presença de um Parlamento com prerrogativas constitucionais, um quadro multipartidário e a existência regular de eleições. Este cenário que, à primeira vista, cumpria regras básicas do funcionamento de democracias representativas, convivia, de fato, com heranças mantidas do período ditatorial anterior e, sobretudo, erguia-se sobre as bases de uma cidadania limitada, em que o analfabetismo era o principal fator de exclusão política.

A política populista levada a cabo nos anos 1950, altamente mobilizadora do eleitorado, mostraria uma significativa capacidade de estruturação de preferências no início dos anos 1960, mas esse período não foi capaz de abrigar um processo denso de fortalecimento de atores sociais, bem como a sua articulação em forças políticas em um grau razoável de consolidação. A forte presença do personalismo como característica da vida política e a pequena representatividade dos partidos seriam algumas das condições que marcariam a relação dos cidadãos com a política representativa e com as instituições nesse período e nos períodos seguintes.

Dados de pesquisas de opinião realizadas pelo Ibope nas décadas de 1950 e 1960 nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, já mostravam uma predominante insatisfação com a atuação dos parlamentares, motivada pela percepção de sua ineficiência ou, ainda, apontavam o descrédito provocado pela imagem da desonestidade dos políticos (Meneguello, 2005).

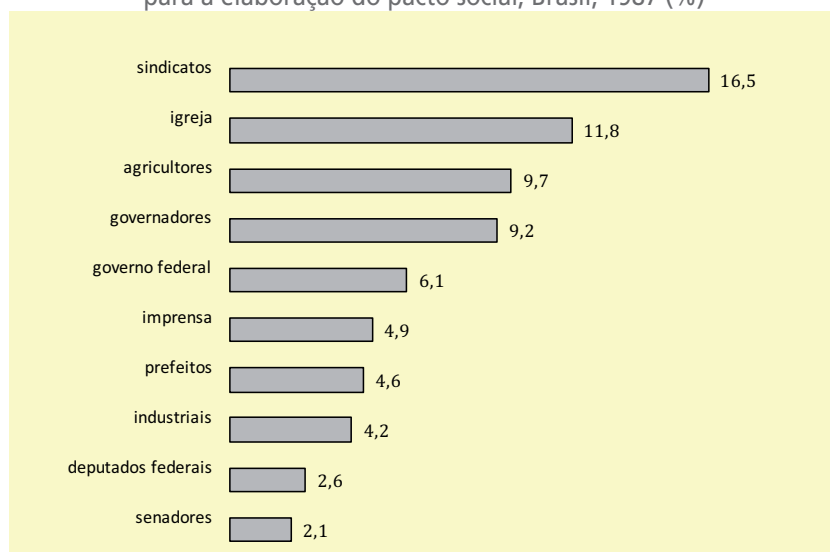
Este é um aspecto permanente daquele período democrático e do período recente. Cabe ilustrar com alguns dados essa tendência.

No início da democratização, após 21 anos de regime militar, as tendências de opinião refletiam o baixo grau de institucionalidade da democracia e apontavam para uma generalizada crise de representatividade, predominante nas populações dos grandes centros, e estreitamente associada à ausência de credibilidade

nas instituições no país. Pesquisa realizada na capital paulista logo no início do novo regime, em 1985, mostrava que apenas 35,4% dos entrevistados consideravam que o poder do Congresso e dos parlamentares deveria aumentar na nova conjuntura (Meneguello, 2005).

Apenas em 1987, sob a perspectiva das conquistas políticas resultantes dos trabalhos da Assembleia Constituinte, essa opinião se alteraria para 51%. Mesmo assim, pesquisa nacional coletada no período dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, mostra que, apesar daquele experimento parlamentar ter estabelecido bases significativas para o fortalecimento dos partidos, a população não apenas não percebeu os políticos e parlamentares como atores importantes da transição política, como também manteve os patamares de desconfiança sobre seu desempenho: deputados e senadores eram considerados pela população como os atores menos importantes para viabilizar o pacto social que a transição almejava, apesar de mais de 75% dos entrevistados reconhecerem a importância da Constituição para a democracia (Gráfico 3) (Meneguello, 2005):

Gráfico 3
Atores políticos e sociais mencionados como importantes para a elaboração do pacto social, Brasil, 1987 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional Ibope, 1987. Banco de Dados Cesop/Unicamp > IBO/BR87.FEV-00014

Com relação à avaliação do trabalho parlamentar, as percepções eram igualmente negativas, predominando a ideia de que os deputados e senadores não desempenhavam suas atribuições. Dados de pesquisa realizada em 1989 já apon-

tavam a insatisfação de aproximadamente 60% população com o trabalho dos parlamentares de legislar e fiscalizar o dinheiro público, nos vários níveis de representação, vereadores, deputados estaduais e federais e senadores (Tabela 1):

Tabela 1
Percepção do cumprimento da função dos parlamentares de legislar e fiscalizar o uso do dinheiro público, 1989 (%)

	Vereadores	Deputados estaduais	Deputados federais e senadores
Cumprem	19,3	15,8	16,9
Não cumprem	57,2	55,8	55,7
Mais ou menos	14,1	15,5	14,2
Não sabe	9,4	12,9	13,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Dados Cesop/Unicamp. DAT/BR89.SET-00186

Pergunta: Os vereadores, deputados e senadores têm como principais funções fazer leis e fiscalizar o uso do dinheiro público. Na sua opinião, os vereadores da sua cidade cumprem essa função? E os deputados da assembleia do estado? E os deputados e senadores do Congresso Nacional?

Na mesma direção, as percepções de massa apontavam a indiferença ou a inutilidade dos órgãos de representação para o funcionamento democrático. Dados de pesquisa realizada em 1993 mostram que aproximadamente 30% do eleitorado nacional consideravam que o país “poderia passar bem sem o Congresso Nacional” sob as justificativas de sua ineficiência (“eles não estão fazendo nada; não resolvem nada; são incapazes; não cumprem o dever”), o trabalho em benefício próprio (“porque eles só trabalham por interesses próprios; só se preocupam com eles; eles fazem leis favoráveis a eles; só querem benefício próprio”); e as práticas desonestas e corruptas (“porque há muita corrupção; são todos corruptos; só sabem roubar; são desonestos”) (Meneguello, 2005).

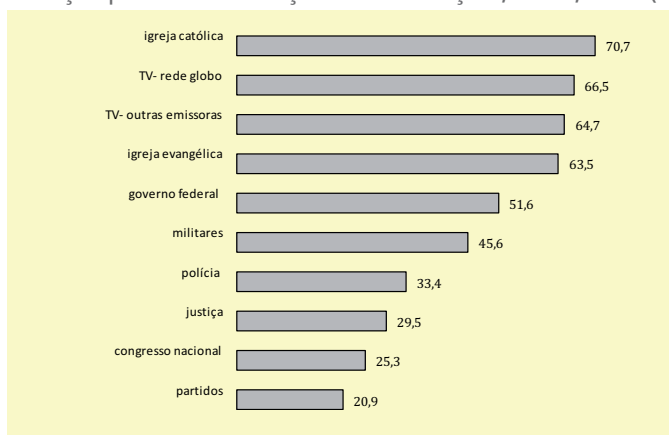
Esses dados contribuem para ilustrar o argumento de que a avaliação negativa do desempenho das instituições representativas não foi alterada com o curso do período democrático.

Os dados da coleção de pesquisas Eseb-CSES (2002-2010)² reafirmam a tendência de avaliação negativa da atuação de partidos e do Congresso, exercendo efeito certo sobre os patamares de credibilidade no sistema representativo. Frente às demais instituições públicas e privadas que compõem as referências sobre o funcionamento do sistema político e do cotidiano dos cidadãos, as avaliações das

² O Estudo Eleitoral Brasileiro é um projeto coordenado pelo Cesop, associado ao Comparative Study of Electoral Systems (Univ. of Michigan), e realizado no Brasil desde 2002, com pesquisas nacionais aplicadas no período pós-eleitoral dos pleitos presidenciais.

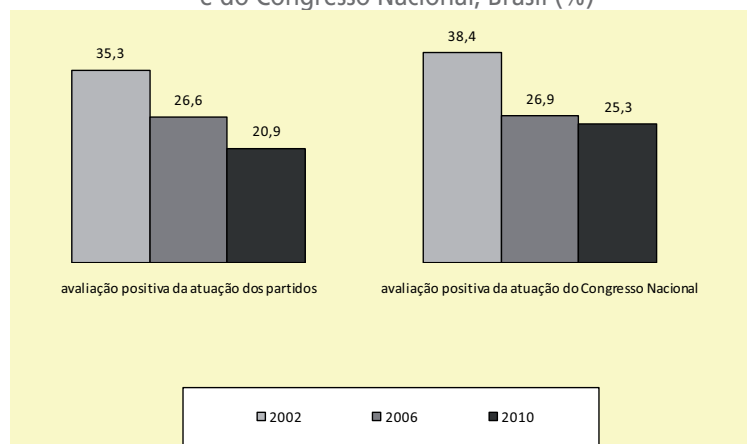
instituições representativas são as mais negativas, tal como mostram os dados coletados especificamente em 2010, nos quais os partidos e o Congresso recebem avaliação positiva de apenas 20,9% e 25,3%, respectivamente (gráficos 4 e 5):

Gráfico 4
Avaliação positiva da atuação das instituições, Brasil, 2010 (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Pergunta: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a). dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima.

Gráfico 5
Evolução da avaliação positiva da atuação de partidos políticos e do Congresso Nacional, Brasil (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Pergunta: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a). dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima.

As percepções públicas negativas sobre o desempenho do sistema representativo fundamentam, em boa parte, a ideia geral dos cidadãos brasileiros sobre o processo de democratização muito mais fortemente associado ao papel das eleições e ao processo de escolha, do que aos construtos institucionais que caracterizam a arena representativa.

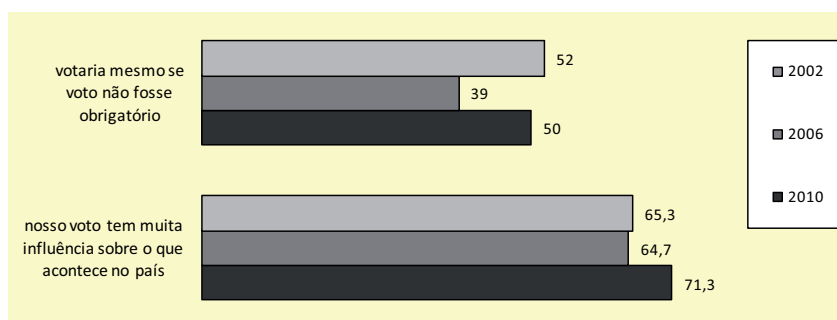
Sob esse cenário em que desconfiança e insatisfação concorrem para constituir a percepção sobre o funcionamento do sistema representativo, como os cidadãos se relacionam com a política partidária e eleitoral? Que laços efetivos existem entre eleitor e candidato?

O envolvimento do cidadão com a política partidária e eleitoral

Os dados de pesquisas realizadas durante a década de 2000 são contundentes em mostrar a relação estreita entre os cidadãos e a dinâmica eleitoral. Como apontamos anteriormente, para os cidadãos brasileiros as bases da adesão democrática constituem-se, por um lado, em uma referência normativa ao sistema e seus construtos institucionais e, por outro lado, em uma forte relação com o valor universal da escolha, uma consequência clara da intensa dinâmica eleitoral que marca os 26 anos do processo democrático. As referências institucionais relativas ao sistema representativo não emergem diretamente associadas nem à preferência pelo regime, nem à avaliação sobre seu funcionamento, mas à participação eleitoral e ao papel do voto na dinâmica política (Meneguello, 2010a).

Algumas informações ilustram essa condição de adesão. Por exemplo, são muito significativos os dados que reafirmam a disposição de o eleitor votar, mesmo se sua obrigatoriedade fosse retirada (Gráfico 6). Não sabemos se o voto obrigatório exerceu de fato algum efeito cívico prático ao longo do tempo, no sentido de criar uma rotina de participação e informação políticas, exercida inclusive durante o regime militar, que resultasse na maior disposição para o voto; o fato é, contudo, que boa parte do eleitorado valoriza o voto e considera que o exercício de votar tem impacto sobre o sistema político. Os dados mostram que, ao longo do período entre as eleições de 2002 e 2010, em média metade do eleitorado brasileiro indicava disposição para votar, mesmo se retirada a obrigatoriedade legal. No caso da percepção de sua importância, o período pesquisado mostra um aumento da valorização do voto para o funcionamento do sistema, culminando em 2010, com pouco mais de 70%.

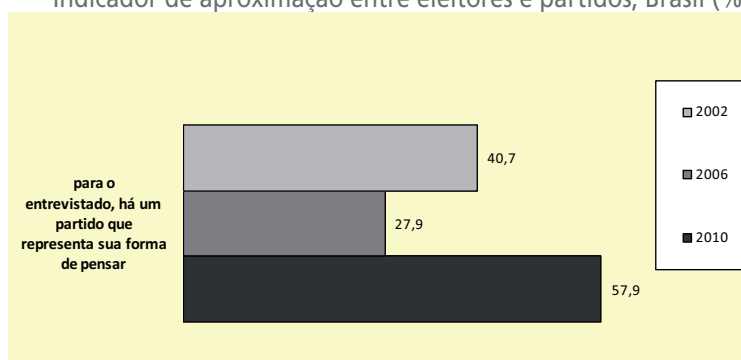
Gráfico 6
A disposição para votar e avaliação da importância do voto, Brasil (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Perguntas: 1) Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a). votaria? 2) Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a). desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto influencia muito, e 5 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) Sr(a). acha?

Esses dados vêm acompanhados de uma informação importante para dimensionar a capacidade de o sistema eleitoral representar os eleitores, que é a aproximação dos cidadãos aos partidos. Sabemos que o índice de identificação partidária é baixo em todo o período estudado, e que apenas alguns partidos com bases mais bem estruturadas desde sua origem mostram índices mais substantivos, como o PT e o PMDB. Os índices de identificação ficam em torno de 50% em todo o período pesquisado, o que, de fato, não constitui um cenário distinto ao cenário atual das democracias partidárias mais antigas e que indica, por sua vez, alguma aproximação com as plataformas, propostas ou imagens de partidos (Gráfico 7).

Gráfico 7
Indicador de aproximação entre eleitores e partidos, Brasil (%)



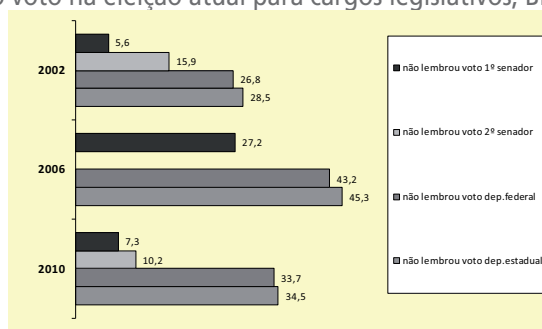
Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Pergunta: Existe algum partido político que representa a maneira como o (a) Sr(a). pensa?

Se os indicadores de envolvimento com a dinâmica eleitoral e de aproximação com os partidos mostram uma tendência positiva, os dados sobre a eficácia e capacidade representativa do sistema são distintos e fortalecem o cenário de paradoxos de nossa democracia partidária.

Uma análise dos dados sobre a relação dos eleitores com seus candidatos e parlamentares escolhidos aponta um forte distanciamento com a escolha feita – o que denominamos a “memória do voto”. A fragilidade desta, por sua vez, responde ainda à imposição da dupla lógica que move o sistema eleitoral e a definição do voto – as lógicas majoritária e proporcional, que regulam respectivamente as eleições para cargos de presidente, governador e senador, e os deputados estaduais e federais. Assim, faz diferença no mapa de referências da escolha política votar para cargos executivos e cargos representativos.

Os dados da coleção Eseb-CSES são contundentes ao mostrar que a conexão entre eleitor e candidato enfraquece rapidamente³. Os dados da pesquisa realizada em 2010 mostram que um mês após a eleição para o Poder Legislativo, pouco mais de 1/3 dos eleitores não lembraram em quem haviam votado para deputado estadual e federal. Uma porcentagem menor que em 2006, e maior que em 2002, mas muito significativa. Além disso, as variações da lembrança do voto entre os cargos legislativos se destacam. Observando especificamente os senadores, a memória do voto é maior: apenas 7% não lembraram o nome do primeiro senador; 10% não lembraram o nome do segundo senador. Esses dados indicam a fragilidade das referências criadas pela dinâmica das eleições proporcionais (Gráfico 8).

Gráfico 8
Memória do voto na eleição atual para cargos legislativos, Brasil (%)



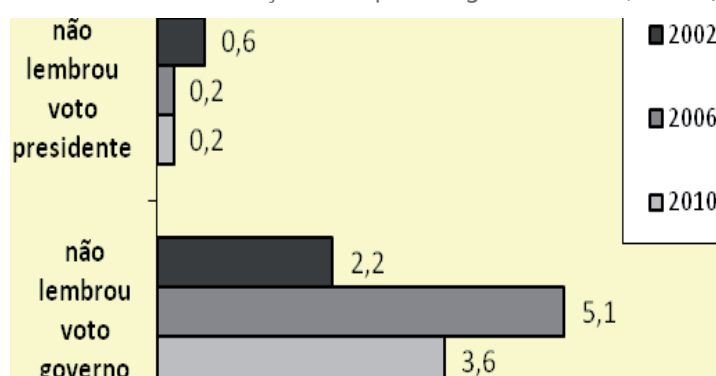
Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp.

3 A pesquisa Eseb-CSES realizada no período pós-eleitoral é aplicada já na semana seguinte à realização do 2º turno do pleito presidencial. Em média, a distância no tempo entre a realização de entrevistas e a eleição é de 10 dias para o pleito do momento. A pesquisa também indaga sobre o voto na eleição anterior, quando a distância no tempo é de 4 anos.

Pergunta: Em quem o(a) Sr(a). votou para senador nessa eleição? Em quem o(a) Sr(a). votou para deputado federal? E para deputado estadual, em quem o Sr. votou?

A análise do voto para cargos executivos mostra um cenário diferente. São muito poucos os que não se lembram do voto dado para presidente da República e, embora mais numerosos, também são poucos os que não se lembram do voto para governador na eleição recém-realizada. Os dados devem ser salientados porque indicam a proximidade do eleitor com a dinâmica que move a esfera dos cargos executivos.

Gráfico 9
Memória do voto na eleição atual para cargos executivos, Brasil (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Pergunta: Em quem o(a) Sr(a). votou para presidente no primeiro turno? E no primeiro turno, em quem o(a) Sr(a). votou para governador nessa eleição? E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a). votou para presidente? E no segundo turno para governador, o(a) sr(a) votou em (ler opções)?

Esse cenário piora significativamente quando perguntamos sobre o voto dado na eleição geral anterior. Os dados apontam que a conexão entre o eleitor e o parlamentar votado se perde significativamente no tempo. Segundo os dados da coleção Eseb-CSES, os resultados de 2006 são os que mais se destacam negativamente, com altíssimas proporções de eleitores que perdem a referência do voto dado para os cargos legislativos, maiores que 80% no caso dos deputados estaduais e federais.

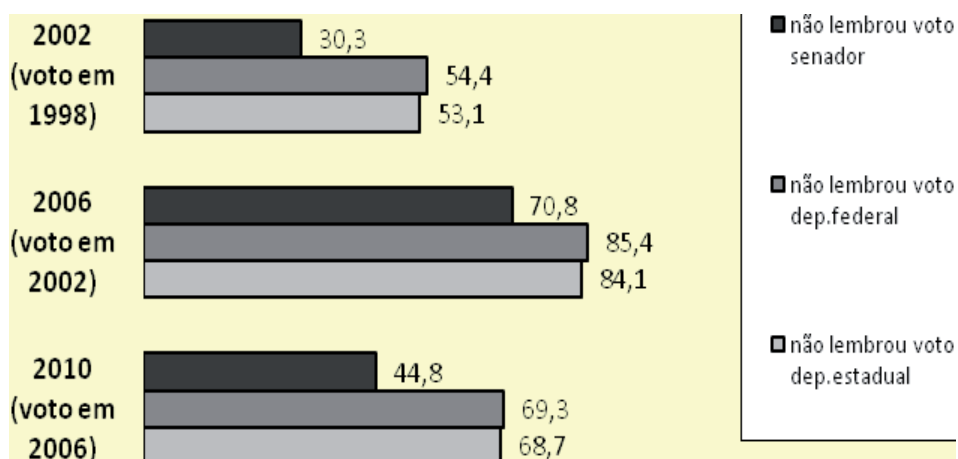
Os resultados obtidos em 2010 estão na mesma direção, embora com menor intensidade. Em 2010, quase 70% dos eleitores não lembravam o seu voto para deputado estadual e para deputado federal dado em 2006, e em torno de 45% não lembravam do voto para o Senado naquela eleição. Esse último dado aprofunda a fragilidade dos vínculos entre eleitores e parlamentares, pois indica que a lógica majoritária de escolha – que parece exercer efeito positivo sobre as

referências da escolha para cargos executivos – não consegue exercer o mesmo efeito para a conexão entre eleitor e cargo legislativo (Gráfico 10).

A memória do voto para os cargos executivos fica mais retida com o tempo. Em específico para o voto para presidente da República, a forte referência é notória, fruto claro da nossa cultura presidencialista: para todas as ondas da pesquisa Eseb-CSES, menos que 9% de entrevistados não lembravam do seu voto para presidente na eleição anterior.

A memória do voto para governadores de estado é um pouco menor mas, mesmo assim, com proporções muito mais baixas do que as referências perdidas na esfera da escolha para o legislativo (Gráfico 11).

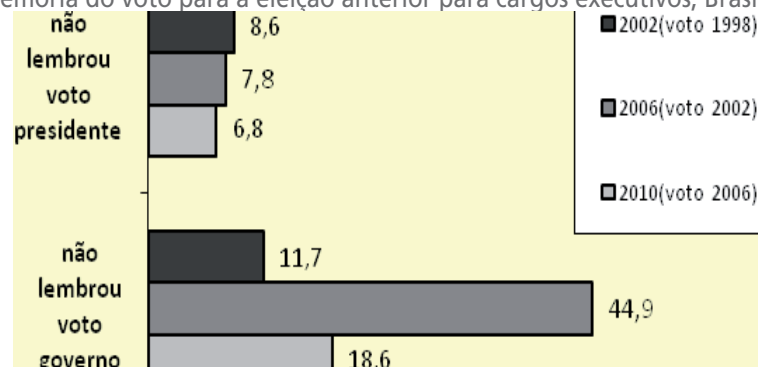
Gráfico 10
Memória do voto para a eleição anterior para cargos legislativos, Brasil (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp
Pergunta: Em quem o(a) Sr(a). votou para senador na eleição de ____? Em quem o(a) Sr(a). votou para deputado federal na eleição de ____? E para deputado estadual, em quem o Sr. votou?

Gráfico 11

Memória do voto para a eleição anterior para cargos executivos, Brasil (%)



Fonte: Coleção Eseb-CSES, 2002-2010. Banco de Dados Cesop/Unicamp

Pergunta: Em quem o(a) Sr(a). votou para presidente no primeiro turno da eleição de ____? Em quem o(a) Sr(a). votou para governador na eleição de ____? E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a). votou para presidente? E no segundo turno para governador, o(a) sr(a) votou em (ler opções)?

De todo modo, os dados longitudinais apresentados são taxativos em apontar que a conexão eleitoral se perde no tempo. Não se trata, obviamente, de considerar que mudanças legais no sistema produziriam efeitos positivos imediatos na relação do cidadão com a política. As teses institucionalistas que afirmam que leis definem comportamentos já foram muito debatidas, e sabe-se que rotinas democráticas dependem de variáveis múltiplas para além de imposições legais. A relação dos cidadãos com a política e o seu interesse nela são dinâmicas que extrapolam o sistema institucional. Também sabemos que a conexão entre eleitor e parlamentar ultrapassa o cenário do contato pessoal, elemento quase ingênuo no quadro da política contemporânea. Mas no limite das simples demonstrações deste texto, chamamos atenção para o fato de que o que está em xeque é a responsividade do sistema democrático, ou ainda, do governo representativo, e é nessa direção que as atenções para o aperfeiçoamento do sistema deveriam voltar-se.

Referências Bibliográficas

Catterberg, Gabriela and Alejandro Moreno, 2005, The individual bases of political trust: trends in new and established democracies, *International Journal of Public Opinion Research* Vol. 18 No. 1

Dahl, Robert A. 2000. "A democratic paradox?," *Political Science Quarterly*, vol. 115, n.1

Gunther, Richard e Montero, José Ramon. 2003. “Legitimidade política em novas democracias”, Revista Opinião Pública, vol.9, nº1

Gunther, R; Montero, J.R.; Puhle, H-J (Ed) , 2007, Democracy, Intermediation and Voting in Four Continents, Oxford UP.

Meneguello, Rachel, 2005, Percepções Públicas sobre o Parlamento Brasileiro, Projeto Interlegis, mimeo.

Meneguello, Rachel, 2007, Grounds for Democratic Adherence: Brazil, 2002-2006. LanicEtext Collection, v. 1, p. 1-38,

Meneguello, Rachel, 2010a, Aspectos do Desempenho democrática: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime, in Moises, J.A.(org.) Democracia e Confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições, públicas?, Edusp.

Meneguello, Rachel, 2010b, Cidadãos e Política: Adesão democrática, comportamento e valores, in IPEA, Estado, Instituições e Democracia, vol2, IPEA:Brasília

Moisés, José Álvaro , 2005, A desconfiança nas instituições democráticas, Revista Opinião Publica, v.11 n.1

Moisés, José Álvaro, 2010, Cultura Política, Instituições e democracia: lições da experiência brasileira, in Moises, J.A. (org.), Democracia e Confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições, públicas?, Edusp.

Seligson, Mitchell (Ed), 2008, Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean. EvidencesfromtheAmericasBarometer, 2006-2007, VanderbiltUniversity.

Uslaner, Eric, 2008, The foundations of trust: macro and micro, Cambridge Journal of Economics ,32